



Estado do Espírito Santo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Relatório da Gestão 2009-2010



TRABALHANDO PARA O CIDADÃO

“Nesta gestão, a transparência dos atos legislativos será permanente e progressiva. Nas propostas aqui anunciadas dou relevo ao aprimoramento do funcionamento desta Casa de Leis (...) e a redução do número de cargos comissionados”.

O enunciado em epígrafe, retirado do discurso de posse na Presidência da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, anunciava que a nova Mesa Diretora, que tenho a honra de presidir, tinha o compromisso com o avanço, com a transparência das ações administrativas e legislativas e a profissionalização do Poder Legislativo. Desde então, dois anos se passaram. Neles, o que havia sido estatuído na posse foi integralmente cumprido.

Provam este esforço os dados e números deste singelo Relatório de Gestão, onde elencamos as principais medidas tomadas à frente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

O que foi feito não é mérito de uma só pessoa, pois tem o respaldo dos integrantes da Mesa Diretora, composta, primeiramente, pelos Deputados Marcelo Coelho que, ao sair do Legislativo foi substituído pelo Deputado Dary Pagung e Givaldo Vieira – eleito Vice-Governador do Espírito Santo – substituído, no mês de janeiro, pelo Deputado Rafael Favatto. Graças à estreita colaboração deles, avançamos, tomamos medidas que foram ao encontro do desejo da sociedade, economizamos reduzindo despesas e cortando gastos, o que nos permitiu investir e dar ao Legislativo a estrutura que necessita para atender aos representantes dos capixabas, os Deputados, e à própria sociedade.

O que foi feito teve ressonância na opinião



pública, com os capixabas concedendo à Assembleia aprovação superior a 73% (ótimo, bom e regular), de acordo com números de pesquisa feita pela Futura. Aqui, convergiram os esforços da administração e da ação parlamentar, com o Legislativo dando pronta resposta às demandas da sociedade.

Um dos fatores que contribuíram para esta ótima avaliação foi a modernização do sistema de comunicação do Legislativo – televisão e portal noticioso - com mudanças técnicas, de programação e a expansão do seu conteúdo, inclusive com transmissão ao vivo pela Internet. Conhecendo o que o Legislativo Capixaba faz, o cidadão pode avaliar melhor o Poder. O resultado foi a aprovação de sua ação.

As ações empreendidas beneficiaram, também, os servidores efetivos da Assembleia, equiparados com os do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, a grande maioria, tanto de efetivos quanto de comissionados, obteve significativos ganhos salariais com a incorporação a seus vencimentos do reajuste de 11,98%, pendência antiga resolvida por esta



gestão, cumprindo decisão judicial transitada em julgado.

O processo de avanço passou pela reforma do Regimento Interno, que deu nova dinâmica aos trabalhos legislativos, e culminou com a aprovação da Reforma Administrativa da Assembleia Legislativa. Por ela, apurou-se o dimensionamento, a real necessidade de recursos humanos para o funcionamento da Casa, com cargos comissionados transformados em efetivos, preenchidos mediante concurso público. O Poder ganhou também a definição da estrutura administrativa, enxuta, mais dinâmica e com custos menores para o cidadão.

“O Parlamento é o desaguadouro natural das grandes propostas do povo. Por aqui circulam os anseios nos campos da educação, da saúde, da

habitação, do trabalho, do meio ambiente, dos direitos humanos, de segurança, dentre outros”, afirmei ao assumir a Presidência da Assembleia. A nós, como dirigentes do Poder e Deputado, cabe atender a estes anseios. Foi o que fizemos nestes dois anos.

Ao encerrar nosso período à frente da Assembleia Legislativa uma certeza nos conforta: fizemos tudo o que foi possível para torná-la melhor, mais próxima do cidadão e da sociedade. Foi um trabalho diuturno, incessante, mas gratificante. Ele nos deixa a consciência de ter cumprido o que foi prometido, trabalhando para o engrandecimento do Legislativo Capixaba.

Elcio Alvares

Presidente

Assembleia Legislativa do Espírito Santo

GESTÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ES

Poder do povo, caixa de ressonância do cidadão, pilar da democracia. Ao longo dos anos o Poder Legislativo recebeu várias definições, destacando o seu papel no regime democrático representativo, mas sempre olhando-o do lado externo e o classificando e julgando somente pela produção de leis e não abrangendo o seu todo. Se legislar é, efetivamente, uma de suas principais funções, o Poder Legislativo, de um modo geral, e a Assembleia Legislativa do Espírito Santo em particular, não estão limitados a ele. Há, na atividade das casas legislativas, pelo menos em sua atual configuração, dentro de um regime democrático representativo, três dimensões: Legislativa, Administrativa e Institucional.

A quem dirige a Assembleia – o Presidente, auxiliado pelos integrantes da Mesa Diretora – cabe cuidar para que estas três dimensões funcionem, de forma que o Legislativo cumpra plenamente suas funções. Cabe à Direção estabelecer parâmetros, traçar estratégias, propor programas e cuidar do seu desenvolvimento, supervisionando todas as atividades do Poder, que vão do mais simples ato até a mais complexa lei.

Este Relatório de Gestão, que abrange os anos de 2009 e 2010, é um resumo do que foi feito na Assembleia do Espírito Santo nestes dois anos nas três dimensões. Para melhor entendimento, elas estão decompostas em segmentos específicos, o que permite uma visão setorial do que foi feito, mas que, no final, dá a dimensão da atuação do todo, aqui entendido como todo o corpo administrativo do Poder e, também, os representantes do cidadão, os Deputados, já que, sem eles, não existe Legislativo e, se o existisse, não poderia cumprir sua função de legislar, faltando-lhe a legitimidade dada pelo eleitor, que ao eleger o Deputado o nomeia seu representante e lhe delega o poder de agir em seu nome.

As ações desenvolvidas nestes dois últimos anos foram, todas elas, no sentido de tornar o Legislativo mais transparente e mais eficiente, sintonizando-o com o que quer o cidadão, ao mesmo tempo em que atua para atendê-lo, não de um ponto de vista particular, mas pensando no geral, no que os especialistas chamam de bem comum. Este é o

objetivo final da democracia e foi este princípio que orientou esta gestão, cujos resultados podem ser aqui conferidos.



TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

A primeira e maior preocupação desta gestão foi com a transparência dos atos praticados pela Assembleia Legislativa e isso ficou marcado no discurso de posse, quando a nova Direção assumiu o comando do Poder. Neste campo, pequenas e grandes ações foram tomadas, mas o pináculo de tudo, sem dúvida, foi a aprovação, no final



Os Deputados Elcio Alvares (centro) Dary Pagung (E,) que substituiu o Deputado Marcelo Coelho (esquerda, abaixo) e o Deputado Givaldo Vieira, eleito Vice-Governador, substituído na Mesa Diretora da Assembleia pelo Deputado Rafael Favatto (abaixo, à direita)

do período legislativo de 2010 da Reforma Administrativa da Assembleia Legislativa.

Ela não só consolida os avanços conseguidos pelo Legislativo nos últimos anos como vai lhe dar uma maior visão de futuro, preparando-o para os desafios que os próximos anos e a transformação por que passa o Espírito Santo irão exigir. A reforma, por sinal, foi muito mais do que a simples transformação de cargos comissionados em efetivos e, com isso, a necessidade de realização de concurso público. Os dois são importantes e, para ser justo, é uma medida sem precedentes no Legislativo

Capixaba, mas a reforma vai muito além disso e, dentre outras coisas, ela estabelece:

- Redefinição da estrutura de gestão do Legislativo, compactando-a e tornando-a mais moderna, adequando-a às necessidades atuais da Assembleia, mas já a preparando para as exigências futuras.
- Redefinição de funções dos cargos efetivos e comissionados, estabelecendo as tarefas de cada um e as exigências para sua ocupação.
- Definição de padrões de conhecimento e formação para o preenchimento de cargos, tanto efetivos quanto comissionados.
- Definição de níveis diretivos e da estrutura de direção da Assembleia.
- Definição das carreiras dos servidores, com definição de como se dará a progressão dentro de cada um e como serão as promoções.
- Definição das competências de cada chefia, as exclusivas, que só ela pode exercer, e as comuns, que são idênticas para todas elas.
- Definição das funções gratificadas, com o estabelecimento de níveis e critérios para o seu preenchimento.
- Fixação da jornada de trabalho para servidores efetivos - 6 horas diárias e 30 horas semanais - e comissionados - 8 horas diárias e 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.
- Fixação do quantitativo de cargos para cada um dos setores da Assembleia, atendendo suas especificidades e evitando a superposição de servidores.



os resultados, buscando maximizar os recursos à disposição da Assembleia para a consecução de seus objetos.

De outro lado, e não menos importante, os concursos públicos para a contratação de quase 200 novos servidores, que chegarão ao Legislativo Capixaba preenchendo critérios de meritocracia, irá injetar novas competências no Poder, arejando-o e tornando-o mais eficiente, contribuindo, ainda, para reforçar a sua estrutura, já que cada novo nomeado saberá como irá crescer na sua carreira.

Se a reforma foi o ponto de destaque nas ações de transparência tomadas pela Direção da Assembleia, ela não foi a única. Desde o primeiro dia da gestão ações foram implementadas com este objetivo, começando pelo

■ Fixação de prazo para os concursos públicos que irão preencher os cargos transformados – até o final do primeiro semestre de 2011.

● Criação da Auditoria Interna com responsabilidade de acompanhar todos os processos do Legislativo, conferindo-os, corrigindo-os quando necessário.

■ Definição de gratificações para o exercício de funções penosas e o estabelecimento de seus níveis, além dos quantitativos destas funções.

Com a reforma, toda a estrutura da Assembleia está definida, com cargos alocados, funções especificadas e competências estabelecidas, o que torna absolutamente transparente a atuação de todos os gestores da parte administrativa e legislativa do Poder. Ao mesmo tempo estas definições permitem um melhor controle do que está sendo feito, permitindo que a Direção avalie

contingenciamento de gastos por 180 dias, renegociação de contratos, cancelamentos de alguns contratos com a realização de novas licitações, diminuindo custos do Legislativo, além de outras medidas de contenção. O resultado é que, de 2009 para 2010, mesmo com os reajustes dos servidores, a incorporação aos salários de 11,98% decorrente de decisão judicial e o realinhamento com o Tribunal de Contas, que representou um ganho médio superior a 16% para os servidores do Legislativo, o Orçamento da Assembleia Legislativa manteve seus valores, não havendo crescimento no total dele.

Outra ação que ganhou destaque na mídia foi a adoção do ponto biométrico para o controle de frequência dos servidores lotados na Secretaria da Assembleia, permitindo que se tivesse segurança na apuração desta frequência e justiça na retribuição pelo trabalho do servidor. Na área dos servidores outra inovação foi o estabelecimento de parâmetros para posse dos novos nomeados para cargos na estrutura do poder, tornando obrigatória a



apresentação de Declaração de Bens detalhada, Certidões Negativas e de Atestado de Antecedentes.

Não menos importante, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo antecipou-se ao que estabelecia a legislação e foi o primeiro ente público capixaba a criar o Portal da Transparência, um subsite do seu portal na Internet. Nele, estão detalhadas todas as despesas feitas pelo Legislativo, incluindo os gastos dos Deputados com as verbas que a lei lhes confere e os gastos de seus Gabinetes, que são permanentemente atualizados. Com o portal o cidadão tem total acesso aos gastos da Assembleia e, com isso, a possibilidade de controlar o que a Casa e seus representantes estão fazendo.

Às ações de transparência pode ser acrescentada a ampliação da divulgação da Assembleia Legislativa com a reformulação da Comunicação da Casa. Por ela, a TV Assembleia ampliou seu sinal, mudou sua programação, adquiriu equipamentos e modernizou-se, inclusive com transmissão ao vivo e em tempo real pela Internet, permitindo que o cidadão acompanhe o que o seu representante está fazendo. Ainda nesta área houve a reformulação do portal na Internet – www.al.es.gov.br - que ficou mais moderno e de mais fácil leitura, oferecendo mais informações e sendo permanentemente atualizado, refletindo o que está acontecendo no Legislativo Capixaba.

Houve, ainda, uma forte ação na área de modernização das estruturas, procedimentos e equipamentos do Poder Legislativo Capixaba. Um novo Regimento Interno, que regula o funcionamento das sessões, foi aprovado, renovando, depois de mais de 20 anos de tentativas, um instrumento que é essencial ao processo legislativo e ao funcionamento do Plenário. Na área de Gestão de Recursos Humanos houve a implantação do controle biométrico de frequência

e a substituição de equipamentos de informática – computadores, monitores e legalização dos programas usados pelos servidores.

ECONOMIA E CONTROLE

Se na área de transparência os avanços foram grandes, eles não foram menores na gestão administrativa, sobretudo na economia de recursos do Legislativo, neste caso ações tomadas em sintonia com a sociedade, que exige eficiência de todos os órgãos públicos e contenção de gastos. O primeiro ato da nova Direção, neste segmento, foi a

DESPESAS DE PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

Tipo	Valor 2009	Valor 2010	Variação
Servidores/Deputados	105,6	76,3	- 38,4%

Valores em R\$ 1 mil

DESPESAS DE PESSOAL E DEPUTADOS

Tipo	Valor 2009 (R\$ 1 milhão)	Valor 2010 (R\$ 1 milhão)	Variação
Total	78,8	79,1	0,4%

devolução ao Governo do Estado de R\$ 10 milhões, sobras do Orçamento do Legislativo, destinados pelo Governador Paulo Hartung a obras essenciais em andamento.

Antes da devolução, no entanto, já haviam sido tomadas medidas de contenção dos gastos do Legislativo, com a suspensão das despesas de custeio, seu reestudo e redimensionamento, o que compreende, aqui, todos os gastos que não envolvem pagamento de servidores e subsídios dos Deputados Estaduais. O avanço foi significativo,



DIÁRIAS CONCEDIDAS

Tipo	Valor 2009 (R\$ 1 mil)	Valor 2010 (R\$ 1 mil)	Variação
Deputados	37,8	24,6	- 53,7%
Servidores	115,3	107,1	- 7,6%
Total	153,2	131,8	- 16,2%

houve queda nos gastos de 22,5%.

Outro aspecto da economia feita pelo Legislativo é que os investimentos necessários ao seu bom funcionamento, sobretudo na parte de tecnologia, foram custeados sem que houvesse aumento no Orçamento ou suplementação de verbas. Nos dois anos desta gestão, somente na área de tecnologia, foram investidos

NOMEAÇÕES DE SERVIDORES

Tipo	Valor 2009 (Unidade)	Valor 2010 (Unidade)	Variação
Gabinetes	371	216	- 58,2%
Secretaria	288	123	- 42,7%

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Tipo	Valor 2009 (R\$ 1 mil)	Valor 2010 (R\$ 1 mil)	Variação
Deputados	382,3	238,7	- 60,1%
Servidores	45,7	36,6	- 36,6
Total	428,0	275,3	- 55,4%

como mostram os dados a seguir:

Este número merece uma explicação: O crescimento de 0,4% das despesas com pessoal e Deputados em 2010 já embute a incorporação do índice de 11,98% aos vencimentos de todos os servidores e o reajuste de 4,5% concedido ao funcionalismo do Legislativo. Juntos, eles representam um acréscimo salarial de 17% na folha de salários. Além disso, com o realinhamento dos cargos efetivos da Assembleia aos do Tribunal de Contas, os servidores efetivos tiveram, ainda, um acréscimo médio de 16,35% em seus vencimentos. Estes reajustes foram enfrentados com as medidas de economia tomadas pela Assembleia, daí o acréscimo de apenas 0,4% nas despesas com pessoal e Deputados. Em relação a estes últimos, por sinal,

mais de R\$ 4 milhões. Este total foi aplicado na substituição de toda a rede que serve à Assembleia, à substituição de 450 computadores e à legalização de programas, fazendo-se o registro dos softwares instalados em máquinas usadas pelos servidores da Casa – efetivos e comissionados.

Aliando uma melhor gestão com a economia de recursos, nos dois anos desta gestão a Assembleia Legislativa do Espírito Santo trabalhou com o mesmo orçamento de 2008, isto é, não houve aumento no volume de recursos orçamentários destinados ao Legislativo Estadual. Com o mesmo montante, correções salariais foram dadas, equipamentos adquiridos e investimentos feitos, atendendo-se, assim, a expectativa da sociedade e do cidadão.



COMUNICAÇÃO MODERNA

comunicar - (lat communicare) vtd 1 Fazer saber; participar: Comunicar idéias. vtd 2 Pôr em contato ou ligação; ligar, unir. vtd 3 Tornar comum; transmitir. vpr 4 Propagar-se, transmitir-se

Aos conceitos acima, relacionados apenas à ação de comunicar, o Dicionário Michaelis, acrescenta outros, quando se fala em comunicação. Segundo ele, a comunicação é “ação, efeito ou meio de comunicar”. Pode ser, também, aviso, informação



e participação; transmissão, relação ou processo pelo qual ideias se transmitem, tornando possível a interação social.

Tomando como base os dois conceitos, podemos afirmar, com toda segurança, que a comunicação é um ato complexo e, quando exercida, se não for bem feita, pode levar a resultados contrários àqueles que se buscam. Nesta ótica, e levando em consideração as três dimensões do Legislativo, a Assembleia Legislativa precisa contar com uma comunicação eficiente, pois é ela que irá mostrar o que o Poder e seus integrantes estão fazendo nas dimensões institucional, legislativa e administrativa.

Desde o início desta gestão, a melhoria do sistema de comunicação da Assembleia Legislativa foi uma das prioridades. O objetivo era conseguir levar ao público a dimensão do trabalho parlamentar e mostrar as ações desenvolvidas pelo Legislativo Capixaba, abrindo ao cidadão a oportunidade de acompanhar, via televisão, rádio ou internet, o que se estava fazendo no Poder e que ações e posições o seu representante, o Deputado Estadual, havia tomado ou estava tomando.

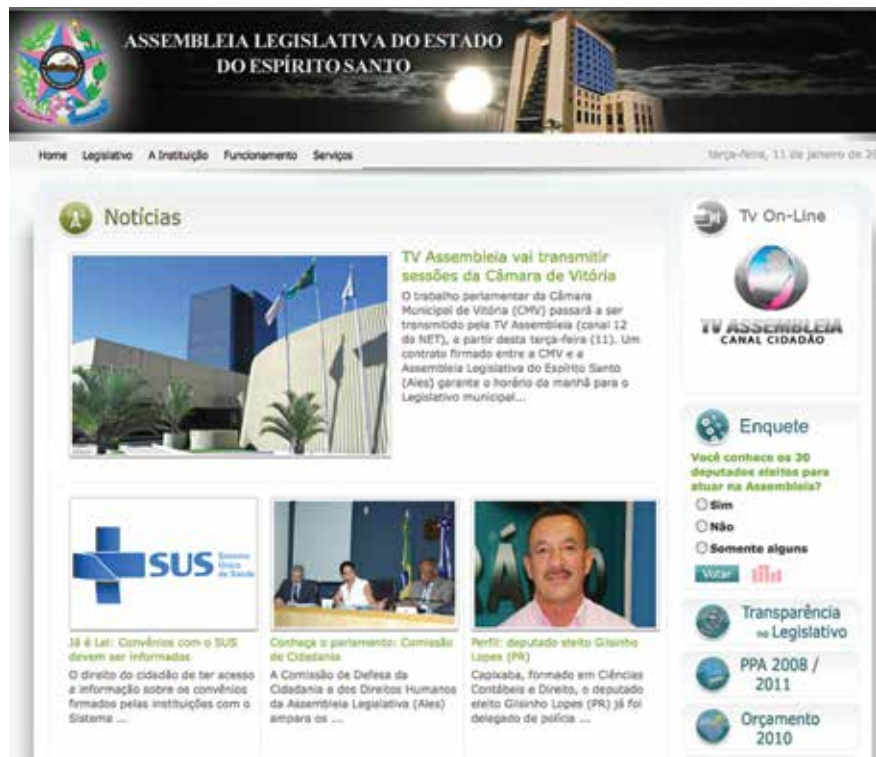
À Secretaria de Comunicação Social coube, neste caso, a incumbência de atender o que a nova Direção da Assembleia havia deliberado: dotar a Casa de efetivos meios de divulgação, consolidando a TV Assembleia, ampliando sua cobertura, oferecendo nova programação na Rádio Assembleia, reformulando e melhorando o conteúdo do portal na Internet e levando a programação da televisão para a rede mundial de computadores, ao vivo e em tempo real, de modo que, de qualquer parte do Estado, do Brasil e do mundo, quem assim o desejasse pudesse acompanhar sua programação.

Os primeiros passos dados foram no sentido de

arrumar a casa – a área de comunicação – mediante levantamento de todo o seu acervo, indo dos programas aos equipamentos e determinando as necessidades de cada setor, de modo a implementar a mudança. Em seguida, já conhecendo a realidade, a equipe de Comunicação, seguindo a orientação da nova gestão, começou a atuar, começando por definir a capacidade de produção de sua equipe, definindo um catálogo de programação, criando novos programas, desenvolvendo novas séries e quadros, até chegar, finalmente, à nova grade de programação da televisão, abrindo, nela, um grande espaço para a ação parlamentar e expondo, com isso, o trabalho do parlamentar e a ação do Legislativo Capixaba. (Quadro com programas criados – Sessões ao vivo, Ales Hoje, Panorama, Balanço, Expectativa, Ação Parlamentar, Repercussão).

A necessidade de oferecer programação de qualidade, no caso da TV, levou a Assembleia Legislativa do Espírito Santo a estabelecer, via TV Assembleia, parceria com outros entes e entidades, como as TVs Senado e Câmara, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal de Justiça, Canal Saúde, Sebrae, Itaú Cultura e Tome Ciência, dentre outros. Desses parceiros, a TV Assembleia recebeu produções que, ao lado do que era produzido localmente, passou a fazer parte de sua grade de programação.

Tudo isso, e ao mesmo tempo, foi feito com a melhoria técnica – equipamentos de geração e transmissão – do sinal da TV Assembleia, oferecendo maior qualidade e maior diversidade na sua programação, que passou a mostrar o Legislativo, mas deu destaque, também, ao Espírito Santo, sua gente e suas coisas, cumprindo o papel institucional da Casa, que é tornar-se partícipe da vida capixaba.



O trabalho, no entanto, não ficou só na TV Assembleia. Ele se estendeu ao rádio, para o qual foi gerada uma programação à parte, inclusive noticiosa, permitindo que ouvintes de todo o Espírito Santo possam acompanhar o que é feito no Legislativo. Ainda sem um canal público, como ocorre em outros Legislativos, os programas são disponibilizados na Internet, através de um link de destaque no portal da Assembleia na Internet. Aliás, um dos importantes passos à frente dado pela Comunicação foi, exatamente, a reformulação do portal da Assembleia, como havia sido anunciado na posse da nova Direção. Ele foi totalmente reformulado, ganhando em visibilidade, tendo o seu conteúdo melhorado e renovado a intervalos menores, refletindo o que está acontecendo no Legislativo. Ao mesmo tempo, foram criadas edições especiais, abordando um assunto específico e indicando, na sua primeira página, os links de destaque do próprio portal, como é o caso do Portal da Transparência, em que o Legislativo Capixaba foi pioneiro.

O portal ficou mais dinâmico, mais rico

em informação, com um conteúdo ampliado e integrou-se ao todo da Comunicação da Assembleia. Desenvolvido em conjunto por servidores da Secretaria de Comunicação e do Centro de Processamento de Dados, as mudanças no portal foram feitas a custo zero para a Assembleia Legislativa. É ainda através do Portal que o cidadão tem acesso à TV Web. Usando o que há de mais moderno na área de tecnologia de informação, toda programação da TV Assembleia está disponível, ao vivo e em tempo real, na Internet. Isso significa dizer que para acompanhar o que está sendo feito na Assembleia Capixaba o cidadão precisa, apenas, de um computador e de conexão com a Internet. Dispondo dos dois, tem acesso total à programação, podendo acompanhá-la em todos os municípios do Espírito Santo.

Ao lado de toda a renovação de conteúdo, com o estabelecimento de grade de programação para a TV, sua colocação na Internet, geração de programas para o rádio e total reformulação do portal, que ganhou novo visual, maior volume de informações e passou a ser renovado com maior frequência, a área de Comunicação da Assembleia atuou, também, no lado técnico, recuperando equipamentos, acrescentando outros, necessários à produção de todo o conteúdo gerado e entrando, em definitivo, na era digital, com a aquisição de câmeras, mesas e ilhas de edição já preparadas para esta tecnologia. A total transformação da Comunicação foi feita com modestos investimentos de R\$ 750 mil.

Uma das últimas e talvez a mais importante conquista da Assembleia Legislativa na área de comunicação foi conseguir um canal aberto para a TV Assembleia. Todos os estudos técnicos necessários à concretização da concessão deste canal, que permitirá levar o sinal da TV a todo o Estado, já foram feitos, estão concluídos e prontos para serem submetidos ao Ministério das Comunicações, uma tarefa que não será cumprida nesta gestão,



mas o será, certamente, adotada pela nova Mesa Diretora que a partir de 01 de fevereiro de 2011 irá comandar o Legislativo Estadual.

RECONHECIMENTO DO TRABALHO

“A opinião é livre, não pode nem deve ser violentada”.
Baltasar Gracián

Teoricamente um dos assuntos mais discutidos, a opinião pública é – e com isso todos concordam – a representação do que pensa e sente a sociedade civil e é expressada através das informações que a ela chegam, das conversas e da troca de opiniões com integrantes reais desta sociedade, as pessoas. Normalmente, o pensamento da opinião pública

é colhido nas pesquisas de opinião, tão prevalentes e criticadas nas épocas das eleições. Elas, por sinal, refletem um momento, funcionando como uma fotografia quase que instantânea de tendências, de desejos ou de aprovação e desaprovação de ação já tomada ou em perspectiva, ato ou comportamento, sobretudo no campo político.

No campo político, aliás, as pesquisas podem indicar o caminho a ser tomado, auscultando, por antecipação, o desejo da sociedade, o que ela encara como virtude e como deficiência que precisa de correção. Olhando-se em perspectiva, no caso do Espírito Santo, a opinião pública, representação do desejo da sociedade civil capixaba, pautou-se, nos últimos anos, por querer mais e mais avanços do Poder Público, exigindo a transparência de suas ações, a economia e a boa aplicação dos recursos disponíveis. No caso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo este diapasão foi dado pela radical mudança promovida pelo eleitorado na sua composição nas eleições de 2003.

Atendendo ao desejo da sociedade, a gestão 2009-2010 da Assembleia Legislativa do Espírito Santo promoveu, a partir de sua posse, uma série de medidas – cujo resumo este relatório faz – nas áreas de transparência, economia e eficiência, tanto administrativa quando legislativa, nelas incluídas o pioneirismo no lançamento do Portal da Transparência que coloca à disposição do cidadão a vida financeira do Legislativo, permitindo que acompanhe não só o Poder, mas o seu próprio representante.

Estas ações acabaram gerando um fato inédito: aprovação de 73,8% dos capixabas à instituição, ao Poder Legislativo Estadual. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Futura tendo por base o Espírito Santo, os capixabas avaliaram e aprovaram o trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa, classificando-a como ótima, boa ou regular. O grau de desaprovação do Poder Legislativo pelos capixabas ficou

em 18,3%, segundo os dados obtidos e divulgados pela Futura.

A pesquisa foi encomendada pela Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio) e seus números divulgados na edição do dia 25 de julho de 2010 do jornal A Gazeta, juntamente com avaliação de outras instituições capixabas, como Governo e Judiciário. Ao comentar os números da pesquisa o Presidente Elcio Alvares disse, durante sessão da Assembleia, que atribuía a aprovação ao trabalho desenvolvido pelo Legislativo, creditando-a, também, a ação dos Deputados Estaduais, que vinham dando as respostas que a sociedade deles exigia.

EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE LEGISLATIVA

O principal objeto da Assembleia Legislativa – o Poder Legislativo em nível de Estado – é fazer leis, legislar. A ela é que cabe aprovar ou rejeitar proposições que, vindas do Executivo, do Judiciário e do próprio Legislativo. Sem a ação legislativa, exercida pela Assembleia e realizada mediante a ação dos Deputados, o Estado não terá leis, não poderá regular a sua ação e a dos cidadãos, não tem como destinar os recursos que tem, muito menos arrecadá-los. O Legislativo, em todos os níveis





da estrutura democrática, é, por isso, essencial ao funcionamento do Estado.

O trabalho legislativo, por outro lado, não se restringe à votação de uma lei. Antes de chegar ao Plenário da Assembleia e ser colocada à apreciação dos Deputados, todo um caminho é percorrido, da leitura da proposição na abertura de uma sessão, à passagem pelas Comissões Especializadas, relato e aprovação nestas Comissões para que chegue à



votação.

Durante 2009 e 2010, o Legislativo Capixaba apreciou mais de 2,2 mil diferentes proposições, divididas entre projetos dos Deputados Estaduais, mensagens encaminhadas pelo Governo do Estado, proposições da Mesa Diretora e vetos apostos pelo Governador a legislação votada pelo Plenário. Além disso, os Deputados apreciaram e aprovaram 890 diferentes indicações, nelas propondo ao Executivo ações que beneficiaram as mais diversas comunidades do Espírito Santo.

Do total de proposições votadas, 1.465 foram projetos de lei apresentados pelos próprios Deputados, encaminhados pelos Poderes Executivo e Judiciário e as proposições da própria Assembleia,

através da Mesa Diretora, e do Tribunal de Contas do Estado. Considerando-se os 730 dias dos dois anos, a cada dia de cada ano foram apreciados dois projetos diferentes, uma ótima produtividade, considerando-se que cada parlamentar, em média, relatou 48 diferentes projetos.

Se a quantidade mostra a produtividade do Legislativo, a qualidade mostra sua efetividade e a ação parlamentar voltada para o bem estar do Estado e do cidadão. Nestes dois anos, dentro desta ótica, a Assembleia aprovou, por proposição de Deputados, leis significativas que acabaram promulgadas e estão vigorando, dentre elas podendo se destacar:

- Legislação que obriga postos de combustíveis a tratar e reaproveitar a água que utilizam para a lavagem de veículos
 - Lei que define o que é patrimônio cultural, facilitando sua identificação e preservação.
 - Obrigatoriedade da colocação pelos supermercados da data de validade dos produtos em promoção.
 - Legislação definindo a obrigatoriedade de informação, por quem vende, sobre os produtos de origem animal.
 - Lei definindo os direitos de defesa da mulher.
 - Estabelecimento de multa para os estabelecimentos que não oferecerem atendimento prioritário a idosos e portadores de deficiência.
 - Legislação estabelecendo critérios para a melhoria genética do café conillon.
- Através de proposta feita pelo Governo, os Deputados aprovaram, dentre outras, leis que versam sobre:
- Relação entre o Estado e Organizações

Sociais de Interesse Público (Oscips), estabelecendo critérios para o recebimento de recursos do Estado.

- Crédito para a ampliação do sistema hospitalar do Espírito Santo, ampliando a assistência à saúde do cidadão.

- Ajuda de custo para aquisição, por professores da rede pública estadual de ensino, de computadores.

- Ampliação dos programa Nossa Bolsa, que presta ajuda a alunos carentes, permitindo que curse a universidade.

- Política Estadual de Resíduos Sólidos, definindo o tratamento desses resíduos e ampliando a preservação ao meio ambiente.

- Ajuda aos municípios para a municipalização do ensino, com o Estado assumindo parte do pagamento de salários dos professores.

- Incentivo ao esporte no Estado, incluindo a Bolsa Atleta, que fornece ajuda aos atletas de alto desempenho para que mantenham seu treinamento.

- Créditos para investimentos em mobilidade urbana, com a melhoria do transporte público que atende ao capixaba.

Toda ação legislativa da Assembleia, nestes dois anos, foi voltada, primeiro, para atender o cidadão, objeto de todo o trabalho do Poder Legislativo, inclusive através da colaboração com o Governo, aprovando projetos que permitiram e permitirão ao Estado atuar de modo mais efetivo, impulsionando



o desenvolvimento – um benefício para todos – e fazendo com que a população capixaba seja dele beneficiário.

O trabalho legislativo, no entanto e como já frisado, não se prende somente à votação em Plenário das proposições apresentadas ao Poder Legislativo. Ele se completa com o trabalho das Comissões, que são fóruns especializados nos diversos assuntos que a legislação pode ou deve cobrir, começando com a apreciação da legalidade e constitucionalidade de uma proposta e levando sua apreciação às áreas específicas, como saúde, educação, ciência, tecnologia, agricultura, finanças, cultura, defesa do consumidor, turismo e infraestrutura.

Estas Comissões, no exercício de suas obrigações legais, realizaram, no período de 2009/2010, 520 diferentes sessões, nelas apreciando, a partir do relato de Deputado que seja seu integrante, os vários projetos e proposições votadas pelo Legislativo Capixaba. Neste caso, cada relator, designado pelo Presidente da Comissão, apresenta um parecer técnico e fundamentado, normalmente escrito, discutindo a proposição em apreciação e, no final, opinando pela sua aprovação ou rejeição. A tramitação de todos os projetos e proposições começa pela Comissão de Justiça.



O Deputado Elcio Alvares com o Presidente do TRE-ES, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa na adesão da Assembleia ao Programa de Ética e Transparência Eleitoral (Prete)

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Como poder que compõe o tripé em que o Estado democrático se baseia, a Assembleia Legislativa – Poder Legislativo – ao lado de suas funções legiferantes tem, também, toda uma representação institucional. Ela é feita mediante a constante presença nos mais diversos atos, seja do próprio Legislativo, do Executivo ou do Judiciário e se baseia na harmonia que deve haver entre os

poderes estatais, cuja ação, embora independente, visam ao mesmo objetivo.

Um dos aspectos mais visíveis desta ação são as Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), formadas com objetivo específico e desenvolvidas com o sentido de defesa do ponto de vista do cidadão, aprofundando o olhar sobre um determinado assunto e expondo-o à sociedade, sugerindo caminhos que, em alguns casos, possam resolvê-los e, em outros, ajudar na correção de rumo.

Também temática e com objetivo de expor determinado assunto, dando suporte a um certo seguimento ou assunto em debate, são as Frentes Parlamentares. Elas, como as CPIs, se constituem com objeto específico, como é o caso da Frente Parlamentar Cooperativista, Contra a Pedofilia e inúmeras outras. As Frentes trazem para o Parlamento os mais diversos assuntos em debate, criando um elo direto entre o Legislativo e a sociedade.

Outro aspecto desta representação institucional são as visitas, entendimentos e acordos feitos com outras entidades. Um bom exemplo dessa ação foi a adesão da Assembleia Legislativa do Espírito Santo ao Programa de Ética e Transparência Eleitoral (Prete), lançado pelo Tribunal Regional Eleitoral. É uma demonstração, ainda, desta representação as ações tomadas internamente em relação às eleições parlamentares de 2010, reforçando-se, por recomendação da Mesa Diretora, a proibição de uso de bens do Legislativo na campanha eleitoral. Esta vertente institucional se completa com o

recebimento de autoridades, lideranças empresariais, de trabalhadores e delegações pela Presidência do Poder.

Buscando a sintonia com a sociedade e até como forma de tomar pulso do que ela pensa e deseja, são os debates, audiências públicas e seminários realizados pelo Legislativo Estadual. Nestes dois anos, atuando nesta vertente, foram debatidas questões como a parceria público-privada, as melhorias para a cadeia produtiva do conillon, além da condução de audiências públicas em várias regiões do Espírito Santo para discutir o Orçamento do Estado, vendo a expectativa da sociedade sobre a destinação dos recursos e que ações ela considerava prioritária para a alocação de verbas orçamentárias.

Projeto de sucesso, que visa não apenas à informação, mas também à formação, nestes dois anos a Escola na Ales levou ao Legislativo mais de 9,2 mil alunos de todo o Espírito Santo, mostrando como é a Assembleia Legislativa e explicando-lhes como é o seu funcionamento, a importância do seu papel e como é que os Deputados exercem seus mandatos. O projeto tem um efeito multiplicador, fazendo com que a ação legislativa, sobretudo, seja objeto de conversa de quem participou do projeto com quem não teve a oportunidade da visita, ampliando os horizontes do Legislativo e o entendimento de suas ações. No mesmo sentido, a Assembleia desenvolve, ainda, o programa Universitários no Parlamento.

Outros dois importantes

projetos institucionais desenvolvidos na atual gestão foram o Cidade Cidadã e o Reciclales. Com o Cidade Cidadã, a Assembleia premiou trabalhos desenvolvidos em municípios e voltados para a cidadania, reconhecendo os esforços do próprio município e de quem estava vinculado à ação premiada. Nestes dois anos, o Legislativo recebeu 127 diferentes projetos, divididos em quatro categorias: Crianças, Idosos, Natureza e Trabalho. A medida do interesse que o projeto despertou pode ser dado pelo número de municípios participantes que passou de 28 em 2009 para 43 em 2010. Já

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Site ALES - Portal Transparência

segunda-feira, 10 de janeiro de 2011

Sessões Plenárias	Deputados Estaduais	Comissões Permanentes																																														
<ul style="list-style-type: none">Ordem do diaExpedienteFrequência no PlenárioFrequência nas Comissões	<table border="1"><tr><td>DEM</td><td>PSB</td></tr><tr><td>• Atayde Armani</td><td>• Freitas</td></tr><tr><td>• Elio Alvares</td><td>• Rodrigo Chamoun</td></tr><tr><td>• Giuliano dos Anjos</td><td>• Paulo Foletto</td></tr><tr><td>• Robson Vaillant</td><td>• Sargento Valter</td></tr><tr><td>• Theodorico Ferrajo</td><td>PT</td></tr><tr><td>• PSC</td><td>• Claudio Vereza</td></tr><tr><td>• Reginaldo Almeida</td><td>• Prof. Roberto Carlos</td></tr><tr><td>PSDB</td><td>PMDB</td></tr><tr><td>• César Colnago</td><td>• Dr. Hércules</td></tr><tr><td>• Rudinho de Souza</td><td>• Marcelo Santos</td></tr><tr><td>PR</td><td>• Luiz Carlos Moreira</td></tr><tr><td>• Dr. Rafael Favatto</td><td>• Luzia Toledo</td></tr><tr><td>• Vandinho Leite</td><td>• Sérgio Borges</td></tr><tr><td>PT do B</td><td></td></tr><tr><td>• Wanildo Samaglia</td><td>PDT</td></tr><tr><td>PRP</td><td>• Euclério Sampaio</td></tr><tr><td>• Dary Pagung</td><td>• Aparecida Denadai</td></tr><tr><td>PP</td><td>• Da Vitória</td></tr><tr><td>• Cacau Lorenzini</td><td>• Dr. Welmar Camostromi</td></tr><tr><td>PMN</td><td></td></tr><tr><td>• Janete de Sá</td><td></td></tr><tr><td>• Paulo Roberto Ferreira</td><td></td></tr></table>	DEM	PSB	• Atayde Armani	• Freitas	• Elio Alvares	• Rodrigo Chamoun	• Giuliano dos Anjos	• Paulo Foletto	• Robson Vaillant	• Sargento Valter	• Theodorico Ferrajo	PT	• PSC	• Claudio Vereza	• Reginaldo Almeida	• Prof. Roberto Carlos	PSDB	PMDB	• César Colnago	• Dr. Hércules	• Rudinho de Souza	• Marcelo Santos	PR	• Luiz Carlos Moreira	• Dr. Rafael Favatto	• Luzia Toledo	• Vandinho Leite	• Sérgio Borges	PT do B		• Wanildo Samaglia	PDT	PRP	• Euclério Sampaio	• Dary Pagung	• Aparecida Denadai	PP	• Da Vitória	• Cacau Lorenzini	• Dr. Welmar Camostromi	PMN		• Janete de Sá		• Paulo Roberto Ferreira		<ul style="list-style-type: none">Comissão de Agricultura, de Silvicultura, Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma AgráriaComissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos HumanosComissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Inclusão Digital, Biossegurança e Petróleo e seus DerivadosComissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e RedaçãoComissão de Cultura e Comunicação SocialComissão de Defesa do ConsumidorComissão de EducaçãoComissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de ContasComissão de Infraestrutura, de Desenvolvimento Urbano e Regional, de Mobilidade Urbana e LogísticaComissão de Proteção ao Meio AmbienteComissão de Saúde, Saneamento e Assistência SocialComissão de SegurançaComissão de Turismo e Desporto
DEM	PSB																																															
• Atayde Armani	• Freitas																																															
• Elio Alvares	• Rodrigo Chamoun																																															
• Giuliano dos Anjos	• Paulo Foletto																																															
• Robson Vaillant	• Sargento Valter																																															
• Theodorico Ferrajo	PT																																															
• PSC	• Claudio Vereza																																															
• Reginaldo Almeida	• Prof. Roberto Carlos																																															
PSDB	PMDB																																															
• César Colnago	• Dr. Hércules																																															
• Rudinho de Souza	• Marcelo Santos																																															
PR	• Luiz Carlos Moreira																																															
• Dr. Rafael Favatto	• Luzia Toledo																																															
• Vandinho Leite	• Sérgio Borges																																															
PT do B																																																
• Wanildo Samaglia	PDT																																															
PRP	• Euclério Sampaio																																															
• Dary Pagung	• Aparecida Denadai																																															
PP	• Da Vitória																																															
• Cacau Lorenzini	• Dr. Welmar Camostromi																																															
PMN																																																
• Janete de Sá																																																
• Paulo Roberto Ferreira																																																
Relatório de Responsabilidade Fiscal / Prestação de Contas																																																
<ul style="list-style-type: none">Orçamento fiscalDespesas correntes Bens Licitados																																																
Outros																																																
<ul style="list-style-type: none">Cadastro de FornecedorosContratosQuadro de PessoalViagens OficiaisTelefones da ALESLei que regula este portalDados Antigos de Cotas e FrequênciaHistórico de Atualizações																																																

Este site é melhor visualizado com Internet Explorer 7.0 ou superior na resolução 1024x768



no caso do Reciclales, a partir da separação do lixo produzido no prédio da Assembleia, mais de 68 toneladas de material foram doados para reciclagem, mostrando a preocupação do Legislativo, de Deputados e servidores com a preservação do meio ambiente.

Cumprido o percurso das três vertentes de atuação do Legislativo como poder e da Assembleia Capixaba como um dos partícipes da tripartição dos poderes no Espírito Santo, tem-se, embora condensada, uma visão geral do que foi realizado

nestes dois anos, destacando-se, como foco, as ações de transparência e de economia de recursos. Graças a elas e à implementação de uma comunicação proativa, conduzida pela Secretaria de Comunicação mediante a reformulação de toda estrutura de comunicação da Casa, que ampliou a exposição do Poder, dando visibilidade às suas ações e a de seus integrantes, os Deputados Estaduais, o Legislativo recebeu a aprovação da sociedade capixaba, como mostra pesquisa da Futura, chegando a 73% de aprovação – soma de ótimo, bom e regular.

Capa
Charles Scardua
Produção e Edição:
Secretaria de Comunicação da Assembleia



Estado do Espírito Santo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MESA DIRETORA

ELCIO ALVARES

Presidente

RODRIGO CHAMOUN

1º Vice-Presidente

DARY PAGUNG

1º Secretário

DA VITÓRIA

2º Vice-Presidente

RAFAEL FAVATTO

2º Secretário

WANILDO SARNAGLIA

3º Secretário

DEPUTADOS

Aparecida Denadai

Atayde Armani

Cacau Lorenzoni

César Colnago

Cláudio Vereza

Euclério Sampaio

Freitas

Giuliano dos Anjos

Givaldo Vieira

Glauber Coelho

Hércules Silveira

Janete de Sá

Luciano Pereira

Luiz Carlos Moreira

Luzia Toledo

Marcelo Coelho

Marcelo Santos

Paulo Foletto

Paulo Roberto

Reginaldo Almeida

Roberto Carlos

Robson Vaillant

Rudinho de Souza

Sérgio Borges

Theodorico Ferraço

Valter de Paula

Vandinho Leite

Wolmar Campostrini



Estado do Espírito Santo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Av. Américo Buaiz, 205 - Enseada do Suá - Vitória - ES - Brasil
CEP:29050-950 – Tel: (27) 3382-3500
www.al.es.gov.br